

FAMÍLIA E FEMINISMO

Maria Quartim de Moraes

Da Fundação Carlos Chagas.

As idéias contidas no presente artigo encontram-se mais desenvolvidas na minha tese de doutoramento, cujas pesquisas foram financiadas pela Fundação Carlos Chagas/Ford e Fapesp.

RESUMO

O artigo afirma a importância da questão da família como tema central de reflexão para as feministas por entender que é necessário politizar o privado. Passa em revista os discursos dominantes sobre o trabalho doméstico, a incorporação da mulher ao trabalho remunerado, a sexualidade, a reprodução biológica e a maternidade, questionando os papéis femininos na estrutura familiar contemporânea.

SUMMARY

The article asserts the importance of the family as subject of reflexion to the feminists, emphasizing the need to transform private sphere in political one. The paper analyses dominant "speeches" on domestic work, incorporation of women to paid work, sexuality, biological reproduction and maternity, questioning feminine roles in modern family.

1. Por que discutir a família

A questão da família tornou-se o eixo em torno do qual giram minhas preocupações teóricas a partir do momento em que elas passaram a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Logo, não se trata da busca de um saber erudito, da resposta a perguntas "neutras", se é que elas podem existir. Este privilégio relativo, o de poder exercer sua profissão sobre temas de interesse pessoal, é uma das poucas vantagens da sociologia enquanto meio de vida. Não que ele esteja muito difundido: parece que justamente — no mercado simbólico da produção teórica — os temas pessoais só recentemente saíram do limbo e do ostracismo com que as consideradas "questões menores" são castigadas. Afinal, cheguei a freqüentar um curso semestral sobre o problema da "transformação dos valores em preços" (na teoria marxista, ricardiana, etc.), o que me valeu considerável prestígio entre meus pares. Mas a família — nos quatro anos em que fiz jus ao diploma de socióloga — só era assunto entre conversa de alunos. Na base do "a família vai bem, obrigada".

A importância da família enquanto tema obrigatório de reflexão para todos os interessados na questão da mulher — na análise dos determinantes de sua opressão — já estava implícita no próprio título da obra clássica de Engels: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. E, não é por acaso que o Manifesto Comunista — que também é um programa de ação — prega a abolição da família. Posteriormente, em anos em que o marxismo ainda não se congelara num economicismo estéril, a obra de Reich sobre aproveitar algumas das descobertas de Freud aprofundando a relação entre produção da vida material e produção de idéias; entre ideologia e vida cotidiana.

Mas foi necessária a grande, extraordinária, riquíssima e esmagada "contestação de 1968" (a grande onda libertária de meados da década dos anos 60), com a movimentação radical de jovens, estudantes, operários, mulheres, negros, contra o autoritarismo do patrão, do Estado, da empresa, da escola, do partido, da família — movimento que se deu em diversos países europeus, nos Estados Unidos e, em grande medida, também na América Latina — enfim, foi preciso toda esta enorme vaga de contestação ideológica, alimentada por idéias anarquistas, anticolonialistas e feministas, para que cada vez mais amplas camadas de oprimidos passassem a ter um espaço, a procurar sua identidade, a reivindicar seus direitos¹.

E o anti-autoritarismo enquanto bandeira do "movimento de maio de 68" implicava, para metade da humanidade, em questionar a questão do poder doméstico/familiar. Em síntese, politizar o privado. As feministas italianas, vivendo a circunstância histórica de estarem em um país onde o peso do modelo conjugal ocidental-cristão é fortíssimo, foram as primeiras a gritar em praça pública: "O privado é político", pois toda a reflexão que faziam sobre sua realidade cotidiana desembocava na oposição dos papéis dentro da família: poder masculino e opressão feminina. Entenderam, então, que as relações de poder — o par senhor/escravo — encontram-se por toda parte; que a mulher pode tratar seu filho como coisa, propriedade privada, assim como é tratada — pelo pai, pelo irmão, pelo marido — como objeto.

Quando define a violência como "processo de redução de um sujeito à condição de coisa", Marílina Chauí (1980, p.16) pensa as próprias regras como "portadoras de violência". Ou seja, "a violência encontra-se originariamente do lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e leis". Cansadas de serem vítimas, não desejando mais serem cúmplices, as feministas — apoiadas por trabalhos psicanalíticos com a mesma preocupação anti-poder e anti-autoritarismo, como os de David Cooper, por exemplo, colocaram a família em questão. Neste sentido, pensaram o tema radicalmente, tocando em alguns "segredos" desta instituição como a produção doméstica/trabalho doméstico que terminou encoberta pela qualificação (ou desqualificação) de "não-trabalho", em outras palavras, o processo ideológico de tornar invisível o trabalho que as mulheres exercem no seio da unidade familiar. Mas, ao se darem conta de que a redução da questão feminina à esfera do econômico significava deixar intocado o problema de fundo — que é entender como a divisão social do trabalho levou ao estigma do trabalho doméstico em nossa sociedade — as feministas voltaram seu interesse para a subordinação da mulher no sentido amplo, vale dizer, para a lei patriarcal que o capitalismo incorporou e aperfeiçoou.

¹ Estas idéias se encontram mais aprofundadas no trabalho que apresentamos, Felícia Madeira e eu (1980).

Pouco a pouco nós, mulheres, de várias nacionalidades, fomos compreendendo que a ideologia do igualitarismo não passa do discurso mistificador das classes e interesses dominantes: quando as mulheres estiverem ocupando os mesmos postos que os homens terão também os mesmos direitos, diziam-nos. Só que a entrada maciça de mulheres em qualquer setor produtivo terminava por esvaziá-lo de suas vantagens salariais, provando que a ordem das razões estava invertida na verdade oficial: de fato, as mulheres ganham menos não porque trabalhem em ramos menos "produtivos" e sim porque tais ramos as empregam por menores salários. As regras econômicas, portanto, também têm sexo, além de fundamentarem as classes sociais.

Rebater o discurso competente — "a ciência como saber separado e como coisa privada, como instrumento de dominação do mundo contemporâneo" (Chauí, 1981, p.1) — exige outros discursos, novas falas. Existe um saber oficial sobre a família, assim como é viva a pressão social para sufocar certos temas enquanto objeto de reflexão. E quando falamos de família, ainda por cima, não podemos fugir à condição de objetos de observação, ao mesmo tempo que sujeitos. As dificuldades, portanto, concernem tanto às imposições externas — é o saber competente sobre a família que nos cala — quanto às de ordem interna: é difícil e sofrido trabalhar com a própria subjetividade. Mas é preciso ousar.

As páginas que se seguem correspondem a reflexões sobre a questão família e papéis femininos que foram suscitadas quando travei um conhecimento mais aprofundado com as várias falas competentes que fundamentam a concepção de mulher na religião católica, na legislação contemporânea, nas ciências humanas e sociais. Elas falam da historicidade da família, do trabalho doméstico, da incorporação da mulher ao trabalho remunerado, da sexualidade, da reprodução biológica e da maternidade. Constituem, na verdade, uma contribuição às reflexões feministas sobre a condição da mulher. O que explica o fato das indagações e questionamentos predominarem sobre as afirmações e respostas e, entre outras possíveis lacunas, a inexistência de conclusões.

2. Falando da família

Aristóteles em *A Política* distingue o "político" como governo da cidade utilizando o termo "econômico" para caracterizar o governo da casa: a cidade é governada por homens livres, cidadãos por natureza livres e iguais, ao passo que a casa é o lugar em que o poder é exercido pelo homem sobre a mulher, os filhos, que são livres mas desiguais por natureza, e os escravos que, por natureza, não são livres nem iguais (Mercier-Josa, 1978). A cisão entre "econômico" e "político", neste caso, reflete a própria cisão entre vida privada e vida pública, entre deveres e direitos do marido e da mulher. É interessante notar que a antropologia aris-

totélica impregna toda a teologia escolástica medieval que define as mulheres como "homens defeituosos" (Reuther, 1977, p.88), identificando a divisão entre a carne e o espírito com a feminilidade e a masculinidade (Novinsky, 1979, p.10). Para os contratualistas, como Rousseau, a família monogâmica e patriarcal (ou seja, a mulher submetida ao marido) constituía o princípio da sociedade humana, e a crença na instituição familiar como uma entidade natural e eterna, prévia a qualquer sociedade organizada, continua influenciando importantes segmentos da produção sociológica (Adorno & Horkheimer, 1969, p.133).

A leitura de textos filosóficos acerca da questão da família, como Kant e Hegel, remete-nos constantemente a esta dicotomia — à desigualdade entre homens e mulheres no interior da família e da sociedade — por mais que ideologicamente apresentada como constitutiva de uma comunidade de interesses e fundamentada no amor. Esta concepção idealista foi criticada por Marx (1968, p.45) que, referindo-se a Feuerbach e aos jovens hegelianos, comenta que no desenvolvimento histórico os homens, *que renovam cada dia sua própria vida, põem-se a criar outros homens, a reproduzir-se: é a relação entre o homem e a mulher, pais e filhos, é a família. Esta família, que no começo era a única relação social, torna-se em seguida uma relação subalterna (...) logo que novas necessidades engendram novas relações sociais e que o crescimento da população engendra novas necessidades. Conseqüentemente, devemos tratar e desenvolver o tema da família a partir dos fatos empíricos e não 'do conceito de família', tal como se costuma fazer na Alemanha.* Além de "historizar" as relações familiares, Marx assinala o fato de que a divisão do trabalho primitivamente não era outra coisa senão *a divisão natural do trabalho na família* (1968, p.47). O que equivale a dizer que aquelas contradições que configurarão a história humana encontram-se já em germe na família, pois a divisão do trabalho que prevalece em seu interior *implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos — distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade — implica portanto na prioridade, da qual a primeira forma, o germe, reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem* (1968, p.47).

O conhecimento das teses de Morgan influenciou decisivamente a abordagem materialista, levando a que Engels dirigisse os estudos da instituição familiar na direção histórica e comparativa, assentando, assim, as bases de uma teoria marxista da família. Contrapondo-se ao idealismo dos socialistas utópicos, Engels relaciona o aparecimento da família monogâmica ao advento da propriedade privada e de sua transmissão através da herança. E é portanto esta "função econômica" que dá a base material da estrutura familiar dominante: a família burguesa. Os estudos de inspiração marxista, posteriormente, originaram duas correntes analíticas: de um lado, todos aqueles que buscam na esfera da produção econômica a função primordial da família relacionando-a, agora, não mais à questão exclusiva da transmissão da herança e sim à da produção doméstica (não-capitalista) e à reprodução da força de

trabalho (Benston, 1969; Beechey, 1978; Coulson, 1975; Dalla Costa, 1972; Gardiner, 1975; Meillassoux, 1975; Moraes, 1976; Oliveira, 1976 e Seccombe, 1973) e, de outro lado, os estudos de orientação psicanalítica que transformam a família no grande viveiro/instrumento da repressão sexual e da educação autoritária (Reich, 1970; Mitchell, 1967; Adorno & Horkheimer, 1969). Neste caso, os papéis desempenhados pela mulher têm sua ênfase deslocada da esfera do trabalho doméstico e da "produção doméstica" para a esfera ideológica da conservação/transmissão dos valores conservadores, enquanto a unidade familiar transforma-se em unidade de consumo e/ou instituição de instrução e educação (Adorno & Horkheimer, 1969).

Concomitantemente, novas análises da instituição familiar são realizadas a partir de uma perspectiva em que a universalidade da proibição do incesto indica a presença de uma mesma "operação": a troca de mulheres pelos homens (Durkheim e Mauss e, mais recentemente Lévi-Strauss). A sociologia norte-americana, por sua vez, sofre a influência da corrente que postula a família como *interaction* de determinados papéis desenvolvidos socialmente (Adorno & Horkheimer, 1969, p.134), não concedendo importância às categorias isoladas da relação familiar *como o momento biológico natural, a legitimação da sexualidade, a função social da procriação como reprodução da sociedade, ou inclusive os laços de sangue e a herança* (Adorno & Horkheimer, 1969, p.135). Enquanto isto, as correntes de pensamento místicas, como a doutrina católica, persistem em universalizar a família como base da sociedade, afirmando que *a família nasce espontaneamente pelo simples desenvolvimento da vida humana e que mesmo entre os homens mais civilizados permanece muito chegada à natureza. Composta de pai, mãe e filhos, baseia-se em sentimentos naturais sensivelmente idênticos entre os civilizados e os primitivos* (Leclercq, p.9 e 27).

Estudos mais recentes sobre a família enfatizam o caráter socialmente determinado da família moderna, assinalando a privatização da instituição familiar, a passagem das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do "lar" burguês (frente à mais ampla estruturação da família em séculos anteriores), constituído pelo triângulo pai/mãe/filhos, como elementos característicos da família monogâmica, nuclear e patriarcal que conhecemos hoje (Ariès, 1973; Flan-drin, 1976; Métral, 1977).

3. Família, papéis femininos e situação social da mulher

Apesar da permanência de correntes que consideram a família nuclear moderna como o protótipo da família — uma única e mesma instituição através dos séculos — a grande maioria dos estudiosos da questão está de acordo em afirmar que *as funções que a família exerce são estreitamente dependentes do lugar*

que a família ocupa na organização social e na economia (Mitchell, 1967, p.72). E os papéis femininos, determinados, por sua vez, pelas funções desempenhadas pelas mulheres no interior da família, refletem esta dependência da família à dinâmica social mais ampla. Basta lembrar que a fragmentação da vida social em esferas distintas — e a separação radical entre “público” e “privado” — estimulada pelo processo de divisão do trabalho em sociedades mercantis, é um fenômeno cronologicamente recente, em termos da presença humana no globo terrestre. Ainda hoje, nas sociedades sem classes, caracterizadas por uma divisão do trabalho pouco complexa, as diversas esferas em que se processa a vida social encontram-se mescladas, dificultando, por exemplo, o desenvolvimento da autonomia relativa das atividades econômicas (Godelier, 1969, p.190) e também, permitindo que as relações políticas, de poder, confundam-se com as próprias relações de parentesco.

3.1. Trabalho doméstico e trabalho remunerado

Atualmente, as funções desempenhadas pela mulher no interior da família — da maternidade à produção de bens e serviços — conferem universalidade à situação vivida pelo sexo feminino em diferentes sociedades do mundo industrial. Pois no momento em que se rompe a unidade entre família e produção, com a emergência da produção mercantil e a progressiva industrialização da produção, processa-se também o divórcio entre “privado” e “público”. Mais ainda, redefine-se — objetiva e subjetivamente, ou seja, tanto a nível das leis econômicas quanto a nível da representação social — a própria questão do “trabalho”. Confirmando o ponto de vista daqueles que entendem ser mais importante, para a caracterização de uma dada sociedade, o conhecimento *do modo como são produzidos os bens econômicos* do que propriamente o que é produzido, sob o capitalismo vemos a mesma espécie de produção — quanto ao seu valor de uso — ser contabilizada como “trabalho” ou “não-trabalho”, segundo seja realizada remuneradamente ou não.

A transferência da unidade produtiva da casa (da família) para a empresa implicou, portanto, na transformação progressiva do caráter da família nas sociedades industriais. Concomitantemente, determinou a modificação da relação da mulher com as atividades criadoras da riqueza material. Pois desde que os produtos da atividade do homem passaram a ser mercadorias, valorizadas segundo uma escala de preços monetários, as atividades que permaneceram como “produção doméstica” — variando em extensão segundo o grau de desenvolvimento industrial; as relações de produção dominantes; as tradições culturais, etc. — foram perdendo sua conotação econômica, terminando por serem vistas como uma espécie de prolongamento “biológico” do sexo feminino.

Neste sentido, a sobrevivência (e, às vezes, expansão) da produção doméstica em quase todos os países do mundo é um fato que merece ser analisado em sua dupla determinação: a) sua persistência, que tem levado

a alguns estudiosos a propor o “modo de produção doméstico” como parcela constitutiva das formações sociais capitalistas (como faz Meillassoux, 1975); e, b) sua subordinação à lógica da produção capitalista, pois um dos pressupostos deste modo de produção é justamente a separação do trabalhador dos meios de subsistência, forçando-o a comparecer no mercado como possuidor de uma exclusiva mercadoria: sua força de trabalho. E da mesma maneira que a subordinação da agricultura à indústria caminhou simultaneamente àquela sofrida pelo campo relativamente à cidade, o desenvolvimento das forças produtivas implica na perda da autonomia da produção doméstica e de sua importância relativa no conjunto das atividades produtivas. O que não a impede de deter, ainda, um posto importante em termos de horas trabalhadas e/ou um peso determinante para a reprodução da unidade familiar (principalmente nos países capitalistas dependentes)².

Mas o problema, na verdade, é menos o da contabilidade do trabalho doméstico — sempre problemática por se tratar justamente de uma ocupação em que a organização do trabalho e os “meios de produção” pertencem à força de trabalho e, ademais, porque a impossibilidade de se fixar um “tempo médio, socialmente determinado” de produção impede a igualização da produtividade e a fixação de um “valor médio”. O interesse da questão reside justamente em estabelecer a qualidade e o peso do trabalho doméstico, em cada realidade concreta, assim como conhecer as conseqüências, para o sexo feminino, da manutenção da igualdade: trabalho doméstico = serviço de mulher.

Assim, a corrente de sucessivas desvantagens que a mulher encontrará na vida profissional, quando impelida a apresentar-se no mercado de trabalho, tem relação direta com a questão do trabalho doméstico: as representantes do sexo feminino são iniciadas na “vida prática” através do aprendizado das tarefas domésticas, que consumirão parcela de sua vitalidade e de seu talento. Este aprendizado inclui, naturalmente, habilitação manual e intelectual (no sentido do desenvolvimento de capacidade psicológica e comportamental que as tornem mais aptas para o cumprimento de suas tarefas). E é por isto que se pode afirmar que a inserção da mão-de-obra feminina na esfera produtiva depende tanto das condições e das exigências do mercado, quanto da maior ou menor disponibilidade dada pela situação familiar.

² Avaliações foram realizadas no sentido de estimar a porcentagem representada pela produção doméstica caso entrasse nas contas nacionais. Assim, Colin Clark calculou-o como equivalente a 44% do PNB norte-americano, em 1964 e Galbraith, em 1973, estimou em mais de 13 mil dólares anuais o valor do trabalho da dona-de-casa norte-americana. A ex-ministra da Condição Feminina, na França, Françoise Girod estimou que o trabalho doméstico, em 1975, correspondia a um terço do PIB. O *Bureau International du Travail*, em publicação recente, propôs a porcentagem de 25% a 40% do PNB como média dos países industrializados.

A referência constante à vida familiar impregna, pois, todas as atribuições e alternativas profissionais que se colocam para as mulheres. A edição comemorativa da abertura de cursos para mulheres do Liceu de Artes e Ofícios, em 1881, justifica a possibilidade de instrução feminina no fato de que *para que a filha seja obediente, a esposa fiel, a mulher exemplar, cumpre desenvolver a sua inteligência pela instrução e formar seu espírito na educação* (Polyantheia, 1881, p.19). Posteriormente, a lei de 1911, que criava as escolas profissionais, determinava que o ensino de artes e ofícios fosse dado aos alunos do sexo masculino, cabendo o ensino de *economia doméstica e prendas manuais a alunos do sexo feminino* (Blay, 1969, p. 17). Desta maneira, as mulheres só tinham acesso às categorias profissionais "femininas" que, ademais, permaneciam à margem das necessidades do processo de industrialização.

3.2. Sexualidade, reprodução biológica, maternidade.

A importância para as ciências humanas do estudo da maneira pela qual a sociedade pensa e impõe ao indivíduo um uso rigorosamente determinado do seu corpo tem sido ressaltada desde os estudos de Marcel Mauss (Boltansky, 1979). Esta questão é de interesse estratégico não apenas pela discussão da relação entre cultura (civilização) e repressão sexual ou seja, em que medida a civilização se constrói necessariamente pela repressão dos instintos sexuais (Freud) ou se a repressão sexual é um imperativo exclusivamente nas sociedades em que o modo de produção dominante se fundamenta na propriedade privada dos meios de trabalho. Assim, para Reich (1970, p.141) *só a forma de empresa privada da sociedade é que tem interesse na repressão sexual da sociedade e dela precisa para a manutenção de duas instituições que lhes são básicas: o casamento monogâmico permanente e a família patriarcal*. A questão interessa-nos também pelo fato da família constituir o espaço institucionalmente concebido como próprio para o relacionamento sexual, ou seja, o espaço socialmente legitimado.

É a moral sexual vigente, não obstante contemplar a sexualidade como instinto que deva ser satisfeito, desvinculando, assim, o sexo das funções reprodutivas, continua sendo uma "dupla moral" em que tudo é permitido ao homem ao passo que a não virgindade feminina ainda constitui razão suficiente para o pedido de anulação de um casamento. Afinal, não estamos tão distanciados cronologicamente da publicação da tese, de formatura em ginecologia e obstetrícia, denominada *Educação Sexual da Mulher* (1915), na qual o autor afirma que *com a exceção das nymphomanas, as mulheres são sem exaltação erótica, que, as tornam essencialmente e biologicamente monogamas* (Vasconcelos, 1915, p.47). E que *o adultério feminino é crime grave. Das chagas do organismo social é a mais aviltante* (p.49). Ou ainda, que *todo acto physiologico sexual, contrariado e incompletamente consumado é pernicioso; o homem na execução*

do acto matrimonial (notar que sexual e matrimonial são utilizados como sinônimos) *deve abandonar-se a deliciosa recompensa que a natureza lhe dá pelo cumprimento de seu dever de macho, em que a sua natureza é como que empolgada no esquecimento de tudo, inteiramente absorvido, elle deve concorrer com alma, corpo e coração na realização integral da reprodução* (p.501). Este especialista, finalmente, proclama que *a masturbação é a maior fonte da pathologia sexual. O seu saneamento é uma medida de higiene sociomoral* (p.63), propondo a *clitoridectomia* como medida *indicada as masturbadoras incorrigíveis* (p.61).

Por outro lado, ao reduzir a sexualidade feminina aos objetivos da procriação, sem que os homens estejam sujeitos à mesma lei, cria-se a dupla moral sexual que, para Freud, era a melhor prova prática da arbitrariedade das normas sociais: "A dupla moral sexual existente para o homem é a melhor confissão de que a própria sociedade que promulgou os preceitos restritivos não acredita na possibilidade de seu cumprimento" (Freud, 1973, p. 1.926). Em outras palavras, a divisão das mulheres em duas categorias fundamentais: "as mães" — mulheres com as quais o ato sexual é "puro", voltado para a procriação (ou a tendo como referência importante) e as "prostitutas" — aquelas com as quais é permitido o sexo "sujo". Não se trata, portanto, apenas da diferença entre mulheres que se submetem ao ato sexual por imposições legais (o casamento assegura ao marido o uso do corpo da mulher guardadas certas regras, evidentemente) ou, então, por imposições monetárias. As conseqüências da existência de relações sexuais pagas, do exercício violentador e deformador de submeter o corpo de uma mulher aos caprichos do pagante, são muito mais profundas e irreversíveis do que a moral burguesa poderia supor. De fato, a dicotomia mãe/prostituta se estabelece na cabeça de cada mulher: o espaço de expressão de sua libido encontra-se delimitado pela deserotização do "ser mãe" (em termos da moral vigente) e pela violência do "ser prostituta". Mais ainda, para fugir ao estigma — que só ameaça as mulheres, cujos órgãos genitais passam a ser sacralizados pois nenhum homem se sente diminuído por colocar seu corpo em contato íntimo com uma mulher, enquanto o oposto não é verdadeiro — a mulher camufla seu desejo na forma exclusiva do Amor romântico.

A primeira operação ideológica foi, portanto, afirmar a diferença qualitativa entre libido masculina e feminina: o homem tem "instinto sexual" que precisa ser satisfeito. A solução: prostitutas para satisfazê-los, permitindo que as "outras" possam permanecer puras e intocadas, tal como lhes dita sua "natureza". Dessexualizando a mulher-mãe/esposa a sociedade qualifica o desejo sexual feminino como uma aberração. A segunda operação ideológica, portanto, consiste em negar o espaço da sexualidade à mulher ou comprometê-lo com o fantasma da prostituição. A expressão "perdida" é significativa: só as mulheres se perdem. . . E a terceira operação da ideologia sexual dominante é a purificação necessária do desejo feminino no altar do Amor: entrego-me por amor; pequei por amor; perdi-me por amor, etc.³

O sexo — em se tratando das mulheres — só se justifica plenamente quando voltado para fins exclusivamente reprodutivos. A tal ponto que a principal figura feminina da teologia cristã é Maria, aquela que concebeu virgem. A maternidade é, assim, extremamente valorizada em toda a doutrina cristã, como bem definia Santo Agostinho, para o qual *"a propagação dos filhos é a primeira, natural e legítima finalidade das núpcias"* (Patrologia Latina, 40, 479).

Comentando a "exaltação da fecundidade", como prática da pastoral católica, Pierucci (1978, p.22) afirma que *a teologia cristã do matrimônio constitui uma dessas superestruturas ideológicas de caráter natalista.*

"Ser mãe", no entanto, é uma noção culturalmente construída, que envolve muito mais do que o simples ato biológico da reprodução e está diretamente relacionada ao espaço que a mulher ocupa dentro da atual estrutura familiar. A maternidade, tal como é concebida pela ideologia dominante, tem implicações profundas, relacionadas não somente à reprodução da assimetria sexual como também à estruturação da personalidade afetivo-sexual da nova geração. Assim, por um lado, a reprodução constitui para a mulher aquilo que o trabalho é para o homem: uma atividade criadora, ou seja, *a maternidade se torna uma espécie de substituto para o trabalho, uma atividade em que a criança é vista como um objeto criado pela mãe, da mesma forma que um bem é criado por um operário. (...) A criança como uma pessoa autônoma inevitavelmente ameaça a atividade que afirma criá-la continuamente, simplesmente como uma possessão dos pais. As possessões são sentidas como extensões do eu. A criança como uma possessão é sumamente isto. Qualquer coisa que a criança faça, por esta razão, é uma ameaça à própria mãe, que renunciou à sua autonomia através desta concepção errônea de seu papel reprodutivo* (Mitchell, 1967, p.20).

A maternidade constitui, portanto, um dos papéis femininos de maior importância social, confundindo-se, muitas vezes, com o processo de socialização das crianças. O grande argumento utilizado para apregoar a necessidade de instrução para as mulheres foi sempre o seu papel como educadora. Na verdade, o discurso dominante sobre o sexo feminino sempre enfatiza a maternidade, como alibi, razão de existência e legitimação mesmo da mulher enquanto ser social. E a maternidade "socializadora", que se prolonga na educação/instrução da nova geração.

A mulher enquanto socializadora e a família enquanto espaço socialmente determinado para tal ob-

jetivo têm sido analisadas de diferentes perspectivas mas duas, em especial, merecem nossa atenção, por se referirem à relação entre a família e a transmissão da ideologia dominante e à reprodução de padrões de estruturação afetiva diferenciados.

Reich (1970, p.131) diz que a família é *um aparelho de educação pelo qual todo o indivíduo de nossa sociedade deve passar desde sua primeira respiração. Ela forma o indivíduo na ideologia reacionária, não somente graças à autoridade que aí é institucionalizada, mas em virtude de sua própria estrutura: ela é a corrente de transmissão entre a estrutura econômica da sociedade conservadora e sua superestrutura ideológica, sua atmosfera reacionária impregna necessária e inexoravelmente cada um de seus membros.*

Outra perspectiva — mais relacionada à reprodução da assimetria sexual e de padrões de estrutura afetiva — aparece em trabalhos mais recentes, como os de Chodorow (1978, p.7):

O papel da mulher na família centrou-se no cuidado das crianças e do homem. Esse papel envolve mais do que o trabalho físico. (...) O período inicial do capitalismo nos Estados Unidos produziu a ideologia da "mãe moral". As mães burguesas deveriam atuar como modelos morais nutrizas para suas crianças e como apoio e guias morais para os maridos, em seu retorno do imoral e competitivo mundo do trabalho (...). Atualmente, espera-se que as mulheres de todas as classes atuem como nutrizas e como apoio para os maridos, além de fornecer-lhes a comida feita e a casa limpa (p.5) (...). . . . o ser "mãe" feminino (women's mothering) se reproduz ciclicamente. As mulheres, enquanto mães, produzem filhas com capacidade de "ser mãe" (mothering capacities) e o desejo de sê-lo (desire to mother). Essa capacidade e necessidade são construídas e desenvolvem-se dentro da própria relação mãe-filha. Contratualmente, as mulheres, enquanto mães (e os homens enquanto não-mães) produzem filhos cujas necessidades e capacidades nutrientes têm sido sistematicamente cortada e reprimida. Isso prepara o homem para seu futuro papel menos afetivo na família e para sua participação fundamentalmente impessoal e extra familiar na divisão do trabalho, na qual as mulheres são mães e estão mais envolvidas nas relações inter pessoais e afetivas do que os homens, o que produz nos filhos e nas filhas uma divisão em suas capacidades psicológicas, conduzindo à reprodução desta divisão sexual e familiar do trabalho.

4. Falando no feminino

Retorno enquanto subjetividade assumida para reconhecer que a ciência já forneceu elementos importantes para a compreensão da questão da família. Somando os novos estudos na área da economia, antropologia, psicanálise e sociologia percebo as dimensões do tema mas, ao mesmo tempo, não consigo elaborar todas as informações em uma síntese e, principalmente, descubro que existem dois discursos correndo paralelos: aquele que fala da família do ponto de vista de

3 A importância do amor e a pobreza dos relacionamentos em que os corpos não aprofundam seu conhecimento um do outro são fatos mais do que evidentes para mim. O alibi do amor único e os caminhos sinuosos da sexualidade feminina, entretanto, constituem um tema de permanente reflexão, como se depreende da leitura reveladora e estimulante dos trabalhos da psicanalista Piera Aulagnier.

suas condições materiais e o outro que caminha na esfera das representações, do simbólico. A família, no primeiro discurso, permanece distante de quem fala, criando a ilusão de objetividade: é um discurso masculino. O segundo, fala das emoções, do espaço do afetivo; termina por ser um discurso feminino. E, como na vida real, estes discursos se cruzam mas têm dificuldades de se fundir. A tendência dominante, como sabemos, é de privilegiar o masculino.

Dá a dificuldade em concluir e mesmo de apontar, mais concretamente, o que de novo o feminismo trouxe para a questão da família. A ciência feminina está no estágio de levantar questões, de deixar aflorar os problemas verdadeiros — aqueles que nos atormentam no cotidiano e não são apenas “teóricos”. Enfim, começa a articular um discurso próprio, que se origina na experiência vivida, na reflexão e teorização sobre o feminino. É capaz, portanto, de apontar a inadequação da família como espaço privilegiado da vida sexo-afetiva. Entende, também, que é preciso romper, superar as limitações, fazer novas propostas. Mas, não pode perder de vista que muitos séculos se passaram com a mulher presa à casa e à família — ao privado — com suas conseqüências positivas e negativas. Expropriadas das possibilidades de se afirmar como sujeito da própria sexualidade, do próprio trabalho (e, muitas vezes, do reconhecimento de suas tarefas como

trabalho), isto é, oprimidas pela lei patriarcal que as reduzia ao complemento imperfeito do homem, as mulheres, compulsoriamente mantidas entre as quatro paredes do lar, desenvolveram uma sensibilidade, uma emotividade e uma ligação com o cotidiano de qualidade muito profunda. São estas as qualidades positivas, hoje aparecendo sob a rubrica de “femininas” que merecem ser trabalhadas. E feminilizar o mundo, como propõe Yoko Ono, é uma exigência de amor, que começa no aqui e no agora e termina na reconciliação (ou na conciliação?) dos dois sexos.

Feminilizar o mundo implica, portanto, em superar a ruptura entre público e privado. E que esta superação não pode ser pensada em termos de transformação do privado à luz das regras do convívio público — das relações de produção capitalistas — e sim pela “privatização” do público. Em outras palavras, partimos da consciência de que o privado também é político e politizamos o privado. Mas esta politização só foi realmente radical quando realizada de forma feminista, impedindo que as propostas das mulheres se esterilizassem em um discurso fálico, revanchista e autoritário. Se politizamos o privado segundo as regras dominantes não escaparemos aos vícios e à corrupção do poder. Só feminilizando o político poderemos propor algo novo, associando prática e discurso político, tornando insustentáveis as relações baseadas no poder e na dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodoro W. & HORKHEIMER, Max. *La sociedad*. Buenos Aires, Proteo, 1969.
- ARIÈS, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. Paris, Seuil, 1973.
- BEECHY, Veronica. Women and production: a critical analysis of some sociological theories of women's work. In: KUHN, A. ed. *Feminism and materialism*. Routledge and Kegan Paul, 1978.
- BESTON, Margaret. The political economy of women's liberation. *Monthly Review*, 21(4) Sept. 1969.
- BLAY, Eva Alterman. *Mulher, escola e profissão*. São Paulo, Fac. Fil. Ciências e Letras/USP, 1969. mimeo, Tese de Mestrado.
- BOLTANSKY, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo, Moderna, 1981.
- _____. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. *Almanaque*, São Paulo, (11) 1980.
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Bekerley, University of California. 1978.
- COULSON, Margaret et alii. The housewife and her labour under capitalism, a critique. *New Left Review*, Londres, (89) 1975.
- DALLA COSTA, Mariarosa & JAMES, Selma. *The power of women and the subversion of the community*. Inglaterra, The Falling Wall Press. 1972.
- FLANDRIN, Jean-Louis. *Familles* (parenté, maison sexualité dans l'ancienne société). Paris, Hachete, 1976.
- FREUD, Sigmund. La moral sexual “cultura” y la nerviosidad moderna. In: *Obras completas*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973. Tomo III.
- GARDINER, Jean. Women's domestic labour. *New Left Review*, Londres, (89) 1975.
- GODELIER, Maurice. *Rationalité et irrationalité en économie (II)*. Paris, Petite Collection Maspéro, 1969.
- LECLERO, Jacques. *A família*. São Paulo, Quadrante, s.d.

-
- MADEIRA, Felícia & MORAES, Maria. Notas preliminares sobre a evolução do trabalho feminino no Brasil 68/78: algumas reflexões sobre o tema "mulher e trabalho". In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, VI. Rio de Janeiro, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *L'idéologie allemande*. Paris, Editions Sociales, 1968.
- MEILLASSOUX, Claude. *Femme, greniers & capitaux*. Paris, Maspéro, 1975.
- MERCIER-JOSA, Solange. *Femme et servitude*. In: LA condition féminine, C.E.R.M. Paris, 1978.
- METRAL, Marie-Odile. *Le mariage*. Paris, Editions Stock, 1974.
- MICHEL, Andrée. *Les femmes dans la société marchande*. Paris, PUF, 1978.
Sociologie de la famille et du mariage. Paris, PUF, 1972.
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista de Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (4) 1967.
- MORAES, Maria. A questão feminina. *Estudos Cebrap*, (16) 1976.
- NOVINSKY, Ilana. *A mulher no Brasil Colonial (nordeste, séculos XVI e XVII)*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1979. mimeo.
- OLIVEIRA, Francisco. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. *Estudos Cebrap*, São Paulo, (16) 1976.
- PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Igreja: contradições e acomodação. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, (30) 1978.
- POLYANTHEIA comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do imperial Lycêo de Artes e Offícios. Rio de Janeiro, 1881.
- REICH, William. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
_____. *La révolution sexuelle*. Paris, Payot, 1970.
- REUTHER, R.R. *Mujer nueva, tierra nueva*. Buenos Aires, Ediciones Megápolis, 1977.
- VASCONCELOS, Francisco Figueira de Mello e. *Educação sexual da mulher*. Rio de Janeiro, 1915
-